Balanço social: a história do conceito no Brasil e no mundo

Balanço Social é a forma de divulgação de informações sobre o desempenho econômico, social e financeiro da organização e sua atuação em benefício social. Numa concepção mais ampla, envolve a demonstração da interação da empresa com o meio, com aqueles que a cercam ou que contribuem à sua existência. Este estudo se propõe a mostrar a história do conceito no Brasil e no mundo e sua evolução na área administrativa.

The Social balance sheet is used to spread information on the economic, social and financial performance of the organization and its performance towards social benefit. In a broader conception, it involves the demonstration of the interaction of the company with the environment, with those who surround it or contribute to its existence. This study shows the history of this concept both in Brazil and in the world, and its evolution in the administrative area.

El análisis social es para divulgar informaciones sobre el desempeño económico, social y financiero de la organización y su actuación social. En una concepción amplia envolve la demostración del contacto de la empresa con el medio con los que están a su alrededor o ayudan su existencia. Este estudio se propone mostrar la historia del concepto en Brasil y en el mundo y su evolución en la área administrativa.

Palavras-chave: balanço social, benefício, sociedade, demonstração

Autores:

Prof. Luiz Fernando Ribeiro Loureiro (Orientador)

Professor titular da Universidade Estácio de Sá, Mestre em Administração de Negócios, Especialista em Engenharia Econômica, Consultor em RH, Presidente da Adesa

Maria de Lourdes Esteves

Graduada em Administração pela Universidade Estácio de Sá

Introdução:

O Balanço Social é uma peça produzida com o objetivo de demonstrar os movimentos da riqueza em favor de terceiros. Trata-se de uma evidência "circulatória" de fluxos que são recebidos e emitidos, demonstrando um conjunto de influências patrimoniais que revertem em favor dos seres humanos.

Os alicerces da filosofia do Balanço Social inspiram-se na ética, passando do simples caráter utilitário que lhe foi dado posteriormente. Assim, a história do conceito no Brasil reveste-se desta transfiguração da questão ética ao caráter pragmático.

Balanço social: conceito

Numa época em que as informações são trocadas numa velocidade espantosa, em que a sociedade exige novos conceitos de produtos e serviços, a Contabilidade, não só pelo fato de ser uma ciência social, mas por ser um excelente instrumento de controle e informação utilizada por diversos setores da sociedade, não pode se furtar em acompanhar a evolução, e sim somar esforços para fazer parte da equipe que lidera essa nova era da informação.

A nova realidade ambiental cria, automaticamente, um desafio à realidade organizacional ou a necessidade de novas formas e estratégias organizacionais. Os novos problemas exigem soluções organizacionais também novas, sendo a inovação o recurso indispensável, para que a organização enfrente os desafios crescentes que a ameaçam incessantemente, no contexto de um futuro que já está acontecendo.

Como os princípios de gestão de negócios estão mudando, também os procedimentos de controle e medição da eficácia de desempenho necessitam ser revisados. É sob esta ótica que a reavaliação das demonstrações financeiras se faz necessária, pois a qualidade da informação é de fundamental importância para o desenvolvimento das organizações.

Além disso, a sociedade não se preocupa apenas com atividade econômica

das instituições. Ela também quer saber como está a atuação social de suas instituições. Deseja saber o que a empresa agrega ou acrescenta ao ambiente em que vive e o que dele recebe. Para isso o melhor instrumento que consolida as informações quanto à atuação social é o balanço social. Por meio dessas informações os fornecedores investidores e consumidores têm uma radiografia de como a empresa assume as suas responsabilidades públicas, podendo inclusive, ser um fator decisivo no momento de decidir-se entre uma ou outra empresa.

O balanço social é um conjunto de informações econômicas e sociais que tem por objetivo a divulgação de informações sobre o desempenho econômico, social e financeiro das organizações e sua atuação em benefício da sociedade, como a geração de novos postos de trabalho, atividades realizadas no desenvolvimento profissional e bem-estar de seus empregados, demonstração da distribuição da riqueza gerada pela organização, política de proteção ao meio ambiente entre outras. Numa concepção mais ampla ele demonstra como a empresa interage com os elementos que a cercam ou que contribuem para a sua existência.

Portanto, essa demonstração vem trazer informações para a sociedade que busquem colocá-la a par da política social da organização, já que a transparência em suas atividades é um dos fatores de sobrevivência para a mesma, além do que a desmistificação das demonstrações financeiras atuais irá facilitar seu entendimento para a maioria das pessoas leigas em contabilidade e não ter apenas por objetivo dar suporte à tomada de decisão dos acionistas, dos fornecedores, dos prováveis futuros investidores e instituições financeiras.

O balanço social tem seu foco no resultado das transações individuais da empresa com a comunidade que a ela está diretamente relacionada, representando os

diretamente relacionada, representando os gastos e as influências (favoráveis ou não) recebidas e transmitidas na promoção humana, social e ecológica.

Segundo Tinoco (2001, p. 15):

O Balanço Social contempla também, uma série de informações de caráter qualitativo, entre as quais as mais importantes destacam-se: informações relativas a ecologia, em que se evidencia os esforços que as empresas vem realizando para não afetar a fauna, a flora e a vida humana, vale dizer as relações da entidade com o meio ambiente; informações concernentes ao treinamento e à formação continuada dos trabalhadores; condições de higiene e segurança no emprego; relações profissionais; contribuições das entidades para a comunidade (adoção e educação de carentes, investimentos em atletas), explicitando a responsabilidade social e corporativa das organizações.

1.2 Razões e origem do balanço social no mundo

Tinoco (2001) ainda identifica que, durante muito tempo, o proprietário, gestor do seu negócio, foi o principal usuário da Contabilidade e as demonstrações contábeis eram elaboradas apenas para o atendimento das necessidades internas dos seus gestores. Porém com o crescimento e o desenvolvimento das organizações os credores se tornaram parceiros dos negócios e passaram a fazer exigências quanto às informações contábeis, principalmente as relativas à capacidade financeira da empresa em honrar seus compromissos.

Posteriormente, a partir do século XVII inicialmente na França a contabilidade das empresas passou a ser utilizada pelo Estado para exercer controle e impor políticas tributárias com o objetivo de arrecadar tributos para atender aos seus compromissos ao administrar a coisa pública. Com o surgimento das grandes empresas (ferrovias, siderúrgicas entre outras), no final do século XIX, foram necessários grandes investimentos, que demandavam novos investidores, e que por sua vez resultaram na maior abertura das organizações, quanto a darem transparência à sua situação econômica a financeira e com isso permitindo a captação de recursos de investidores externos.

O balanço social parece ter tido sua

inspiração numa época em que se operavam grandes transformações de pensamentos quanto ao uso da riqueza.

Diversos historiadores elegem a Alemanha como o local em que teria se observado, na década de 20, a busca pela a apresentação de um tipo especial de informação que receberia o nome de balanço social.

Na segunda metade do século XX, a outra fonte de geração de riquezas, a mão de obra, começa a receber grande destaque na Europa e a querer que as empresas prestem contas sobre elas também.

Na Europa, no final da década de 60, principalmente na França e na Alemanha, podemos citar os movimentos estudantis e o aumento dos problemas sociais como os fatores que influenciavam de maneira relevante o desenvolvimento do balanço social.

Nessa época multiplicaram-se iniciativas a respeito das organizações e da necessidade da prestação de contas à sociedade de suas atividades, relações sociais, entre outras e se propôs então uma demonstração denominada genericamente balanço social.

Nos anos 70 se popularizou a idéia da responsabilidade social das empresas e a partir desta idéia, em 1971, é que a companhia alemã STEAG inovou produzindo uma espécie de relatório social que apresentava um balanço de suas atividades sociais. Porém o que se pode classificar como um marco na história dos balanços sociais, aconteceu na França em 1972 quando a SINGER fez o que seria chamado primeiro balanço social da história das empresas.

Na França foi que se verificou pela primeira vez a inclusão do tema balanço social sob a forma legal. Em 12 de julho de 1977 foi aprovada a Lei 7.769 (relative au bilan social de l'entreprise), também conhecida como "relatório Sudreau", que tratava da reforma da empresa e da lei sobre o balanço social, tornando obrigatória a sua realização periódica para todas as empresas com mais de 700 funcionários. Em 1982 tal lei foi estendida para todas as empresas com mais de 300 funcionários.

A lei francesa possui inegáveis méritos pois reconhece, pela primeira vez, de forma institucional, a importância dos trabalhadores da empresa como usuários das informações contábeis e sociais. Um outro ponto a se destacar sobre essa lei é que em cada publicação são apresentadas as informações do ano em curso e dos últimos dois anos, para efeito de comparabilidade.

Esse documento era composto por sete capítulos que abordavam os seguintes aspectos: emprego, remuneração, formação profissional, relações profissionais e condições de vida dos assalariados e de suas famílias.

Porém, tendo em vista o seu ineditismo, a lei não contemplou várias informações de caráter econômico as quais os trabalhadores e outros agentes sociais gostariam de ver publicadas nos relatórios contábeis.

Uma dessas informações, que consideramos importante, é a demonstração do Valor Adicionado cujo objetivo principal é fornecer informações a diversos grupos participantes nas operações já que evidencia a riqueza gerada e a sua distribuição.

Vários países europeus, como por exemplo Holanda, Inglaterra e Suécia publicam seus balanços sociais, sendo que em nenhum dos países citados é obrigatória a sua apresentação.

Os portugueses também aderiram ao balanço social tornando-o obrigatório por meio de regulamentação expressa na Lei 141, de 14 de novembro de 1985, que teve suporte no projeto da ex-ASDI (Ação Social Democrática Independente). A obrigatoriedade da apresentação do balanço social foi estendida para todas as empresas públicas e, no caso das privadas, para aquelas com mais de 100 empregados.

A forma portuguesa foi bastante questionada e criticada principalmente pela Confederação da Indústria Portuguesa, que a considerava inoportuna, desajustada das realidades e gravemente atentatória dos interesses econômicos do país.

A Guerra no Vietnã, na década de 60, alertou o povo norte-americano a dar maior ênfase aos questionamentos sobre os efeitos sociais decorrentes das atividades das empresas. Difundiu-se a preocupação com a responsabilidade social das empresas a partir da utilização de armas de destruição em massa, agressão ao meio ambiente e a discriminação de raça e sexo no emprego.

Ainda nos anos 60, as empresas norte-americanas de grande porte começaram a apresentar relatórios econômico-sociais voltados para demonstrar o controle da poluição, a preservação do meio ambiente e a apresentação a qualidade de seus produtos.

Conforme Neto e Frões (1999), existem duas correntes doutrinárias quando se fala de balanço social: a primeira, de origem francesa, que privilegia o bem-estar

dos funcionários e o de seus dependentes além de sua participação na gestão da empresa e de sua satisfação em seu trabalho.

A segunda, de origem americana, que defende uma abordagem mais abrangente, tendo como foco o apoio da empresa ao desenvolvimento da comunidade em que exerce sua atividade; à geração de emprego e renda; à preservação do meio ambiente; ao investimento em tecnologia, entre outros. Tal corrente também tem seu foco nos aspectos do meio ambiente social interno (em que se destacam o bem estar dos funcionários, capacitação, saúde, assistência social e segurança no trabalho).

1.3 A história brasileira do Balanço Social

A idéia de balanço social no Brasil é mais recente do que nos Estados Unidos e nos países da Europa. Até recentemente, tudo o que se conhecia sobre balanço social era citado em pesquisas e estudos com base na experiência de outros países.

No Brasil, a mudança de mentalidade empresarial começa a ser notada a partir de meados da década de 60.

Em 1961 foi constituída com sede em São Paulo, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE), iniciando a divulgação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais.

Nesse sentido, a "Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas", publicada em 1965, é considerada um marco histórico incontestável da utilização explícita da expressão "responsabilidade social" diretamente associada às empresas e da própria relevância do tema relacionado à ação das empresas no país.

Essa idéia demorou até a segunda metade dos anos 70 para difundir-se amplamente quando em 1977, o tema recebeu grande destaque ao ponto de ter sido o assunto central do 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas, promovido pelo ADCE. A partir desse ponto, da história empresarial brasileira, é que o tema balanço social começa a ser debatido, e a noção de responsabilidade social a penetrar no ambiente empresarial e social. Porém, a conjuntura nacional daquele período não era favorável às idéias de transformação e de mudança de mentalidade e de ação e a idéia de responsabilidade social nas empresas foi prejudicada pela falta de liberdade e as restrições impostas pela ditadura militar pós 1964.

O primeiro tipo de relatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos e que se tornou obrigatório para todas as empresas que atuam no Brasil, surgiu em dezembro de 1975, anteriormente a instituição legal do balanço social francês. Esse instrumento, buscava dados que evidenciassem aspectos da atuação social de todas as empresas brasileiras, públicas e privadas e foi denominado Relação Anual de Informações Sociais-RAIS. Instituído por meio do Decreto Lei nº 76.900/75 teve como objetivo principal suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações sobre a atividade trabalhista no país.

A RAIS foi, legalmente, uma das primeiras iniciativas brasileiras com o objetivo, por parte das empresas, de prestar informações sociais, sendo o controle da entrada da mão-de-obra estrangeira no Brasil e o registro de informações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) os seus principais pontos. Assim, podemos entender que, limitadas às esferas governamentais, sua criação teve apenas as finalidades estatísticas e administrativas.

Segundo Silva e Freire (2001), apesar de ter sido criada antes do obrigatório balanço social francês, as informações da RAIS são qualitativamente e quantitativamente inferiores pois:

O Brasil vivenciou o que pode ser considerado conservadorismo político e social, combinado com a abertura política e liberalismo econômico. A obrigatoriedade, instituída através do Decreto-lei, em pleno regime militar, da apresentação pelas empresas sediadas no Brasil da RAIS, foi bastante incipiente, principalmente quando se compara com o modelo francês. De qualquer forma, deve-se salientar que legalmente, foi uma das primeiras iniciativas [de] que se tem conhecimento. Também deve ser destacado que os indicadores sociais produzidos através da utilização das informações advindas da RAIS são bastante limitados, e, pior, não são disponibilizados para os empregados das entidades ou suas associações de classe (Silva; Freire, 2001, p. 18).

Com relação a servir de instru-

mento para a tomada de decisões gerenciais a RAIS não tem atendido às expectativas no que diz respeito à prestação de contas das ações da empresa na esfera social.

A sua pouca utilização como instrumento gerencial se justifica pela quantidade de dados desnecessários contemplados em tal documento (embora importantes para as decisões do Governo) e da quantidade de dados que o instrumento não apresenta mas que poderiam ser importantes para as decisões empresariais no campo social.

Somente nos anos 80, graças aos estudos desenvolvidos pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP), o tema "balanço social" passou a ser difundido no Brasil.

Nesse período a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) elabora um modelo de balanço social.

Em 1984 a Nitrofertil, uma empresa estatal baiana, publica de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofertil que recebeu o nome de Balanço Social da Nitrofertil e é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero a ter tal denominação. Nesse mesmo período também foi publicado o relatório de atividades do Sistema Telebrás e seis anos depois o BANESPA produziu um relatório completo, denominado Balanço Social do BANESPA.

Mas o grande momento de discussão do tema balanço social ocorreu somente em 1997 com a publicação do artigo "Empresa Pública e Cidadã" de autoria de Herbert de Souza, o Betinho.

O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho tornou-se conhecido nacionalmente ao criar e liderar campanhas e movimentos sociais que marcaram o Brasil: sua participação no Movimento pela Ética na Política, em 1991-92; como ele agiu para o nascimento e a grande expansão da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida de 1993 a 1995 servem para atestar que a sua análise de conjuntura sempre foi dirigida à ação político-cultural na sociedade, objetivando conquistar corações e transformar consciências para fortalecer a sua interação social.

Conforme Silva e Freire (2001), Betinho, como diretor-geral do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), organização não-

governamental, coordenador da *Campanha contra a Fome* e com a sua experiência apoiada no contato com muitas empresas e empresários criou e fortaleceu a idéia de que uma ação social e ambiental mais atuante principalmente por parte das empresas privadas de maneira independente, porém sem se opor às ações do Estado além de desejável, deveria ser incentivada.

Assim, a questão da responsabilidade social das empresas ganhou destaque na mídia a partir do artigo "Empresas Pública e Cidadã" que desencadeou amplo debate nos maiores jornais do país e defendia a elaboração de um balanço social, em modelo único e simples, que apresentasse as atividades desenvolvidas pelas empresas objetivando melhorar o bem-estar social do indivíduo e da comunidade.

De março a novembro de 1997 podemos encontrar diversos artigos e reportagens sobre o tema da responsabilidade social das empresas, e mais especificamente, sobre balanço social.

Tendo em vista a ampla repercussão sobre o tema, e com Betinho sempre à frente, em 16/06/97 o IBASE lançou uma campanha pela divulgação anual do Balanço Social das Empresas.

O lançamento dessa campanha aconteceu no Rio de Janeiro e contou com o apoio de diversas lideranças empresariais, da CVM Comissão de Valores Mobiliários e da Gazeta Mercantil, que na época era o principal jornal brasileiro especializado em economia, finanças e negócios.

Essa campanha conseguiu grande repercussão e resultou em vários debates e seminários e conforme Silva e Freire (2001, p.26) o objetivo dessa campanha era "chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização anual do balanço social em um modelo único e simples".

O IBASE, em parceria com técnicos, pesquisadores e diversos representantes de empresas públicas e privadas e de vários outros segmentos, desenvolveu esse modelo que foi concluído no primeiro semestre de 1997. Ele apresenta quatro particularidades:

a) foi criado com base na iniciativa de uma ONG, que cobra transparência e efetividade nas ações sociais e ambientais das empresas;

b) separa as ações e os benefícios obrigatórios, dos realizados de forma voluntária pelas empresas;

c) é basicamente quantitativo; e

d) se for corretamente preenchido, pode permitir a comparação entre diferentes empresas e uma avaliação de uma mesma corporação entre diferentes empresas e uma mesma corporação ao longo dos anos (Silva; Freire, 2001, p.26)

Além disso, a padronização dos relatórios sociais permitia que se delineasse o impacto social, econômico e ambiental das atividades da empresa, facilitando a comparação de resultados e incentivando outras a fazê-lo e por consequência atraindo novos investidores que se interessam mais por esse tipo de empresa pois elas têm o apoio da comunidade e uma imagem positiva.

Nesses quatro últimos anos, o IBASE vem promovendo campanhas tendo por objetivo que as empresas com fins lucrativos divulguem, para a sociedade, qual foi o resultado de suas atividades de natureza social (qual o tratamento dispensado aos seus empregados quanto aos seus benefícios sociais) e o que desenvolveram para ajudar outras comunidades com o objetivo de diminuir os efeitos da pobreza e das injustiças sociais.

O que caracteriza o modelo utilizado no Brasil e que o faz de aceitação tão ampla, é a simplicidade, o que o difere dos de outros países pois é objetivo, flexível e de longo alcance. Compreende alguns indicadores quantitativos e qualitativos, peculiares a cada organização. A predominância de indicadores quantitativos e qualitativos é fundamental para evitar que esse instrumento apenas se torne uma peça de marketing e a construção de índices subsidiará as análises comparativas, seja da própria empresa ao longo de um período, seja entre empresas de um mesmo setor.

Para representar os indicadores quantitativos são utilizados os indicadores do corpo funcional, números referentes ao emprego; os indicadores laborais, números referentes aos benefícios compulsórios e espontâneos oferecidos aos empregados; e os indicadores sociais, números que dizem respeito aos tributos, às despesas com os projetos ambientais, operacionais ou externos, e ainda em projetos comunitários patrocinados pela organização. Os indicadores laborais e os indicadores sociais são apresentados em seus valores absolutos e por meio de relações estabelecidas entre eles, a receita líquida e o resultado operacio-

nal, ficando, assim, evidentes a simplicidade e a objetividade do balanço social.

Os indicadores qualitativos são os responsáveis pela flexibilidade do balanço social o que o torna adequado à organização de qualquer porte pois são representados pelas informações relativas aos projetos realizados pelas organizações, expressando a sua contribuição para a sociedade e os investimentos na cidadania. Podem ser projetos educacionais, culturais, de lazer, esportivos, habitacionais, ambientais, ou outros escolhidos pela instituição. A comunidade avalia a importância da contribuição de tais projetos em função da criatividade ou pelo preenchimento de alguma lacuna não preenchida por outros agentes.

A utilização dos indicadores complementares é outro exemplo da flexibilidade do balanço social pois, para a organização que desejar avaliar o seu desempenho em relação a outros aspectos (saúde e segurança no trabalho, transporte entre outros) tal modelo permite a construção destes e de outros indicadores e a sua inclusão no balanço social como um novo módulo e seu desempenho passará então a ser observado, caracterizando-se assim a capacidade de adaptação do balanço social a qualquer tipo e tamanho de organização. Cabe destacar ainda o longo alcance social tendo em vista a possibilidade de sua transformação em um instrumento de planejamento estratégico do desempenho social.

A grande vantagem na publicação do balanço social baseado em dados financeiros é que, com a definição de patamares, estes se transformam em metas da empresa e do setor. Com tal publicação a empresa estará demonstrando ao público o quanto ela gastou em determinado indicador, por exemplo, no apoio à manutenção da escola do bairro e tal valor passará a ser visto como a meta mínima para os anos seguintes e, também, como base para os concorrentes daquela empresa. Essa é a importância da ampla divulgação do balanço social: quanto mais se disponibiliza a informação, mais a população poderá acompanhar o desempenho da empresa em um dos indicadores e maior será a probabilidade de incremento neles. Assim, o mercado passará a ser o auditor das empresas.

Por meio dele identificamos ainda uma sensível melhora da imagem empresarial pois a empresa também se torna conhecida como comprometida com a melhoria da condição de vida da população e permitindo que a sociedade tenha uma visão mais abrangente quanto ao que foi implementado pela empresa em prol das

ações sociais internas e às voltadas para os projetos e contribuição para a sociedade em geral.

Destacamos que, de forma coerente com a defesa da transparência das empresas privadas e públicas, o Ibase em mais um ato comemorativo aos 20 anos de sua existência apresentou em 26/05/01, na Assembléia Geral dos Associados, o balanço social, desejando demonstrar de que forma exerce a sua responsabilidade social como uma organização civil que usa recursos da sociedade brasileira desde cidadãos comuns até empresas privadas e públicas e governos e da solidariedade internacional.

Conclusão

A responsabilidade social empresarial começou a fincar suas raízes no Brasil, permitindo a realização de profundas alterações capazes de inserir as empresas brasileiras no contexto global.

Por sua vez, a criação de princípios éticos e culturais no desenvolvimento de negócios foi responsável por grandes transformações na empresa e no seu relacionamento com a sociedade.

Então, a partir da existência desta responsabilidade, a empresa necessitou de uma forma de mensurar seu desempenho no cumprimento dessas responsabilidades, por meio de um sistema de informação. Daí surge o Balanço Social como sistema informativo, para relatar os resultados obtidos pela empresa, uma vez que como "empresa cidadã" deverá estar permanentemente preocupada com o seu desempenho social e ambiental. Tal balanço revela indicadores que permitem a avaliação constante e objetiva por parte de clientes e investidores.

Por fim, cabe ressaltar as duas visões, que na sua evolução histórica, se manifestam: o caráter ético-filosófico e sua visão utilitária e pragmática.

Referências bibliográficas:

- IBASE Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em <http://www.ethos.org.br> 05/2002
- MELO NETO, Francisco de & FRÓES, César. **Responsabilidade social cidadania empresarial administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1999.
- PROJETO DE LEI FEDERAL nº. 3.116, de 1997. Cria o Balanço Social para as empresas e dá outras providências.
- PROJETO DE LEI FEDERAL nº. 32, de 1999. Cria o Balanço Social para as empresas e dá outras providências.
- SILVA, César Augusto T. & FREIRE, Fátima de Souza (org.) **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001
- SOUZA, Herbert José de. Empresa pública e cidadã. *Folha de São Paulo*. São Paulo, p2, 26 de mar. 1997
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

Artigo enviado em 23/07/2002,
aceito em 10/09/2002